

Porto Alegre, 20 de agosto de 2015

Exmo. Sr.

Antonio Carlos Zanella Cavalheiro

MD. Presidente do RPPS

Prefeitura Municipal de Coronel Bicaco/RS

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, aproveitamos para apresentar os esclarecimentos em relação aos resultados apresentados na avaliação atuarial expressa pela Nota Técnica n° 2923-15, em especial ao plano de custeio e sobre o que passaremos a expor:

A apuração do resultado constante na tabela 5, pág. 12 apresenta um Déficit Técnico de **R\$ 31.182.505,61**. Para o equacionamento desse déficit técnico se propôs o plano de custeio normal e especial com escalonamento expresso na tabela 8, pág. 15, o qual em benefício da clareza se transcreve a seguir.

Tabela 8 - Custeio Normal e Especial com escalonamento

VIGÊNCIA	CUSTEIO (%)			TOTAL
	NORMAL		ESPECIAL	
	SERVIDOR	EMPREGADOR	EMPREGADOR	
2015	11,00	15,70	22,00	48,70
2016	11,00	15,70	23,50	50,20
2017	11,00	15,70	25,40	52,10
2018	11,00	15,70	27,30	54,00
2019	11,00	15,70	29,20	55,90
2020	11,00	15,70	31,10	57,80
2021	11,00	15,70	33,00	59,70
2022	11,00	15,70	34,90	61,60
2023	11,00	15,70	36,80	63,50
2024-45	11,00	15,70	43,80	70,50

Os déficits técnicos, para os Regimes Próprios de Previdência Social implantados com a existência de segurados já em situação de recebimento de benefícios estão deficitários cujas principais causas, entre outras, são as seguintes:

- (i) Existência de plano de custeio no início do RPPS, definido de forma empírica;
- (ii) Reajuste salarial concedido acima da inflação, ou do indexador definido na Política de investimentos;
- (iii) Retorno dos Investimentos abaixo da meta atuarial; entendendo-se meta atuarial como sendo a rentabilidade mínima necessária das aplicações financeiras de um plano de previdência para garantir o cumprimento dos seus compromissos futuros;
- (iv) Tábua de mortalidade inadequada para o risco da sobrevivência.
- (v) Repasse das contribuições fora do prazo;
- (vi) O não crescimento do grupo de segurados permitindo que os riscos atuariais gerem maior impacto;
- (vii) Mudanças nos planos de carreira;
- (viii) Imprecisão na base cadastral usada para a elaboração da avaliação atuarial;
- (ix) Inexistência de uma política de recursos humanos que incentive os servidores a postergarem a sua aposentadoria e se beneficiarem do abono de permanência;
- (x) Expectativa de vida aumentando sem que a União providencie uma revisão das idades de aposentadoria.

Vai-se trazer algumas informações em relação aos últimos três exercícios financeiros (2012, 2013 e 2014) que possam ter contribuído para o agravamento do Déficit Técnico. Pode-se começar pela análise da evolução da remuneração de contribuição média em relação ao quadro geral e ao do magistério, bem como a evolução dos proventos. Ainda vai-se trazer em relação ao mesmo período o número de segurados no Quadro Geral (QG), Quadro do Magistério (QM) e Aposentados e Pensionista (AP). Os valores encontrados estão colocados nos quadros abaixo:

Quadro 1 - Evolução da Remuneração e dos proventos

REMUNERAÇÃO E/OU PROVENTOS	2012	%	2013	%	2014
RC DO QG	1.158,91	20,7072	1.398,89	14,9342	1.607,80
RC DO QM	1.058,03	28,4600	1.359,15	19,0470	1.618,02
PROVENTOS	1.241,09	9,9026	1.363,99	2,5220	1.398,38

Quadro 2 - Evolução do número de segurados

SEGURADOS	2012	%	2013	%	2014
QG	165	-4,8485	157	4,4586	164
QM	86	-1,1628	85	-4,7059	81
AP	71	4,2254	74	13,5135	84

A análise que se pode realizar em relação à remuneração de contribuição dos servidores do Quadro Geral e do Magistério é que houve sempre crescimento.

Quanto ao Quadro Geral, embora o número de segurados ativos tenha oscilado, no que diz respeito à remuneração no período houve um crescimento de 20,7% e 14,9% gerando para o intervalo de 2012-14 um crescimento total de **38,73%**. No período 2012 e 2013 a inflação acumulada pelo INPC foi de **12,09%**. Portanto, gera uma diferença a maior de **23,77%** no crescimento das remunerações, o qual impacta de forma significativa na Reserva de Benefícios a Conceder.

Em relação ao Quadro do Magistério a situação é mais séria. No período considerado o número de professores diminuiu, entretanto, as remunerações cresceram na razão de 28,46% e 19,05%, percentuais que no acumulado resultam em **52,92%**. Considerando a inflação para o período de **12,09%** gera uma diferença a maior de **36,43%** para o crescimento das remunerações, o qual também impacta de forma significativa na Reserva de Benefícios a Conceder.

Realizada esta análise preliminar vai-se verificar como cresceu a folha de pagamento, a Reserva Matemática e os ativos que dão cobertura ao pagamento dos benefícios dos segurados. Esses valores estão no Quadro 3.

Quadro 3 - Evolução da Folha, da Reserva e dos Ativos

CONTA	2012	%	2013	%	2014
Folha	283.372,71	19,1366	337.600,70	17,1092	395.361,59
Reserva	29.388.975,57	21,9557	35.841.528,11	27,5473	45.714.899,82
Ativo	6.919.005,04	1,0511	6.991.729,05	33,1385	9.308.685,57

No período considerado houve um crescimento da folha de pagamento na ordem de 19,14% e de 17,11%, que no acumulado resulta um crescimento de **39,52%**. Com esse crescimento, as reservas matemáticas terão de crescer o equivalente a 39,52% e mais 6% ao ano o que resulta em **56,7647%**. Ora, a reserva no período cresceu 21,96% e 27,55% o que no acumulado resulta em **55,55%**. Portanto, pode-se concluir que a Reserva Matemática está bem determinada. O Ativo cresceu 1,05% e 33,14% o que no acumulado resulta em **34,5379%**. O ativo deveria ter crescido no período em torno do que cresceu a folha de pagamento e mais os 6% da capitalização, ou seja, na razão de 56%. O pouco crescimento do ativo propiciou um aumento do déficit técnico contribuindo para o agravamento do custeio especial.

Atenciosamente,



Francisco Humberto Simões Magro
 Av. Protásio Alves, 2854 - Conj. 501 - POA/RS
 Atuário MIBA Nº 494 - CPF 228.521.660-20